

**Retórica Globalizada: O Sermão do Bom Ladrão, do
Padre Antônio Vieira**

Rhétorique Mondialisée: Le Sermon du Bon Voleur, du Père Antônio
Vieira

Lineide Salvador Mosca

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo - USP

RESUMO: O presente estudo objetiva mostrar o quanto Vieira era sintonizado com a sua época e como as suas percepções e análises são ainda pertinentes em nossos dias. O aparato teórico que serviu de base ao presente trabalho situa-se no âmbito da Retórica e da Teoria da Argumentação/Nova Retórica, dentro de um quadro mais amplo dos Estudos do Discurso. Tomou-se como campo de estudo o *Sermão do Bom Ladrão*, de 1655, pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, e cujas questões abordadas denotam uma retórica globalizada, passível de ser apreendida em épocas e lugares diversos. Chega-se, assim, a entrever o papel de porta-voz e de mediador exercido por Vieira em seu tempo, tanto quanto a sua repercussão na história em sentido amplo, sendo ele ainda hoje um bom intérprete da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica/Argumentação; Conflito; Negociação; Acordo; Técnicas Discursivas; Globalização.

RÉSUMÉ: L'étude qu'on présente en ce moment a pour but de faire voir combien Vieira était branché à son temps et comment ses perceptions et ses analyses sont encore pertinentes à nos jours.

Le fondement théorique qui a servi de base à cet exposé relève de la Rhétorique et de la Théorie de l'Argumentation/Nouvelle Rhétorique, dans un cadre plus large des Études du Discours. On a pris comme champ d'étude le *Sermão do Bom Ladrão* (*Sermon du Bon Voleur*), de 1655, prêché à l'Eglise de la Miséricorde à Lisbonne, et dont les questions envisagées rendent compte d'une rhétorique mondialisée, qui peut être saisie à des différents temps et endroits. On arrive par là à souligner le rôle porte-parole et médiateur tenu par Vieira à son temps, aussi bien que sa répercussion dans l'histoire à plein sens, étant donné qu'il est encore à nos jours un bon interprète de la société.

MOTS-CLÉS: Rhétorique/Argumentation; Conflit, Négociation; Accord; Techniques Discursives; Mondialisation.

O panorama histórico e social, bem como literário, da época em que Vieira viveu, permite-nos chegar a alguns pontos comuns, presentes em culturas de diferentes períodos e regiões, de onde a motivação do tema que constitui a matéria deste estudo. Algumas questões que afligem à sociedade de nossos dias tinham seus sucedâneos no século em que viveu Vieira, que o atravessou quase de ponta a ponta, de 1608 a 1697. Basicamente, as situações de **conflito** vicejavam aqui e ali, por razões políticas, sociais e religiosas, com as quais Vieira devia se defrontar, em sua condição de conselheiro e diplomata, enviado ao exterior para negociar as causas de sua nação. Do conflito decorre, pois, a situação de **negociação**, com os avanços e recuos que lhe são inerentes, uma vez que envolve concessões das partes envolvidas.

Esses dois temas, caros à Nova Retórica, serão alvo de nossas considerações no presente artigo. Partimos da edição dos *Sermões*, organizada e comentada por Alcir Pécora, em seu primeiro volume, no qual figura o *Sermão do Bom Ladrão*. Sabe-se que o trabalho de interpretação filológica depende grandemente de uma boa edição crítica e que os métodos estabelecidos para a sua elaboração têm se tornado cada vez mais rigorosos e eficientes. Vieira era zeloso de seus textos e os revisava com freqüência, mesmo quando já publicados, introduzindo alterações para futuras edições. O trabalho do filólogo faz-se necessário, portanto, em todos os momentos da edição da obra de Vieira.

O uso da palavra era por ele levado muito a sério, o que faz com que os jogos de palavras não sejam meros jogos e diversões, mas um quebra-cabeças a inquietar o ouvinte/leitor e a levá-lo à reflexão, tal como se tem no *Sermão do Bom Ladrão*: “Alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, mas cá vêm buscar os nossos bens”.

Vêm cá vs cá vêm, o nosso bem vs os nossos bens. A oposição singular vs plural é aqui significativa, opondo o concreto ao abstrato, assim como a ordem e tonicidade do advérbio “cá” e ainda a polissemia do verbo “buscar”, equivalente a “promover”,

no primeiro caso e a “apossar-se”, no segundo. Todos esses recursos se conjugam no efeito de sentido resultante, de onde a plurissignificação desencadeada pelo enunciado em questão, que exige um certo malabarismo do ouvinte/leitor para captar esta proliferação de sentidos:

Não tem *fim* o furtar
Com o *fim* do governo

Esses traços estão também ligados ao efeito-surpresa, quando joga com termos que se aparentam foneticamente, tais como *Adão/ladrão* e outros e que sugerem determinadas aproximações e parentescos. Pelo recurso à etimologia, Vieira volta-se sobre as palavras, sobre o seu suporte material, pondo em evidência o valor por ele dado às palavras. Por outro lado, o recurso ao paradoxo evidencia as contradições e introduz o ouvinte/leitor na decifração dos enigmas que constituem o emaranhado da época.

Seu domínio do latim e da língua vernácula era tal que, bem jovem ainda, deixou a cidade de Salvador, na Bahia, e foi lecionar Retórica em Olinda/Pernambuco, um dos pólos de efervescência cultural do Brasil colônia.

Os jogos de linguagem barrocos encontram-se a partir do título do sermão, *do Bom Ladrão*, em que a adjetivação contrastante, própria do oxímoro, coloca o ouvinte/leitor já numa atmosfera de indagação e de perplexidade. Haveria uma forma de conciliar os contrários? É bem notório que subjacente está a fórmula já consagrada do “bom samaritano” e outras semelhantes como “bom filho”, “boa mãe” etc.

Nas *Retóricas de Ontem e de Hoje* (org. MOSCA), aponta-se como uma das funções da retórica estimular a polêmica, partindo da controvérsia, e a de exigir a presença de um leitor/ouvinte também polêmico, inoculando a dúvida e também a reflexão crítica (p. 49).

O título do sermão confere, já de início, direção argumentativa ao texto, introduzindo a sutileza vieiriana que imprimirá o tom a todo o sermão, a voz do texto, e conduzirá à elaboração do eixo das idéias a serem comunicadas. Estabelece-se uma escala que transita do execrável ao aceitável e que passará a servir de medida aos desvios comportamentais da sociedade, nela incluindo os agentes governamentais, apontados entre os primeiros, pelas aberrações cometidas. O fato de considerar o ladrão como parte da sociedade e de nela ver as diversas condições de sua existência, atribuindo-lhe mesmo uma qualidade positiva, “O bom ladrão”, constitui por si só um instrumento de argumentação, impedindo que se negue a sua existência, cabendo então demonstrar qual o mais nocivo e prejudicial à coletividade.

Trata-se, pois, de um discurso deliberativo, no sentido que lhe atribui a Antiga Retórica, em que o Bem Comum era o alvo das propostas, voltado para o futuro, com base na análise do presente. Não deixa, entretanto, de ser também um discurso epidítico, por ser de ocasião, trata-se da rememoração da Sexta-feira Santa, e igualmente por proceder à censura de comportamentos não elogiosos, mas tidos como habituais na sociedade de então, quais sejam, as diversas modalidades de furto, sobretudo as de cunho institucional, acobertadas que eram pelos poderosos.

As situações de conflito e de negociação, a que nos referimos, são enfrentadas por Vieira, favorecidas pelo seu caráter multifacetário, que lhe possibilitava ir além de suas funções como sacerdote e missionário, fazendo de seu discurso um campo político dos mais férteis. Essas atribuições o levavam a reivindicações conflituosas e ao confronto de posições, nem sempre aceitas com tranquilidade. Havia, pois, que sustentar uma **argumentação** cerrada com os opositores, no esforço de conduzi-los às **mudanças** necessárias e que ele vislumbrava com sabedoria. Tomamos aqui, tal como temos feito em outros estudos, a argumentação como sendo uma **ação pelo discurso**, na intenção de mudança ou tão somente de reforço (retórica de manutenção), vale dizer, “provocar ou

umentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”, segundo a definição do *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (T. A., p. 4).

Nos seus textos da obra conhecida como profética, *O Quinto Império do Mundo*, *História do Futuro*, *Clavis Prophetarum*, *Apologia das Coisas Profetizadas*, na realidade, o que Vieira fazia eram prospecções decorrentes do exame do panorama que tinha diante dos olhos e que era por ele vivenciado em seus contatos políticos dentro e fora do país e a partir do conhecimento que tinha de seu auditório, também variado em sua composição, e que cabia abranger com a sua oratória polivalente. No *Tratado da Argumentação*, o auditório é definido como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (p. 22), sendo em função dele que as técnicas discursivas são mobilizadas.

Tão hábil era Vieira que modulava o seu discurso tendo em vista as várias porções da sociedade que tinha diante de si em suas falas e que se viam nelas concernidas de uma ou de outra maneira: monarcas, nobres, senhores, burocratas/administradores, religiosos, escravos negros, índios, colonizadores e colonizados. Nada escapava ao seu modo abrangente de encarar os problemas.

A função do Estado, tão discutida em nossos dias, quanto à maior ou menor participação deste na regulação dos mecanismos sociais e econômicos, constitui o foco do *Sermão do Bom Ladrão*. É a instituição política que se vê imputada de males coletivos, em grande escala, o que faz com que “bom ladrão” soe como um eufemismo. O argumento básico utilizado é o pragmático ou *ad consequentiam*, definido como “aquele que permite apreciar um ato ou acontecimento consoante suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis” (T. A., p. 303). De fato, para apreciar um acontecimento, tomado aqui em sentido amplo, há que relacioná-lo aos seus efeitos, daí passar-se ao vínculo causal, que se estabelece nas ligações de sucessão. Pode-se perceber a importância deste tipo de argumento, entre os demais, o que faz com que muitas vezes ele venha a prevalecer, desde que haja um **acordo** quanto aos

juízos de valor implicados. Assim sendo, o argumento pragmático permite apreciar alguma coisa, consoante as suas conseqüências presentes ou futuras, o que o liga diretamente à ação e, em havendo um acordo pelo senso comum, não requer muita justificação, constituindo um ponto de partida. Trata-se, na realidade, de “diminuir as distâncias entre os sujeitos envolvidos”, na perspectiva de Michel Meyer, do Centre Européen pour l'étude de l'Argumentation (Bruxelas), constituindo as diferenças entre eles o espaço tensivo em que a retórica irá atuar no esforço de um melhor entendimento.

Veja-se a importância dessas considerações na condução do trabalho desenvolvido por Vieira em seus sermões, empenhado que estava em dar soluções a problemas que afligiam as populações tanto do continente europeu, como das regiões ultramarinas a que chegavam os colonizadores.

No *Sermão do Bom Ladrão*, há um rol exaustivo dos males produzidos pelos governantes e seus representantes e que Vieira apresenta modulando todas as possibilidades de conjugação do verbo *furtar*. O resultado é um tom jocoso, como efeito de jogo de linguagem, não deixando escapar nenhuma das aspectualizações e temporalidades envolvidas no ato de furtar:

Furtam pelo modo Imperativo, porque como têm o mero e misto império, todo ele aplicam despoticamente às execuções da rapina. Furtam pelo modo Mandativo, porque ... Furtam pelo modo Optativo, porque... Furtam pelo modo Conjuntivo, porque... Furtam pelo modo Potencial, porque... Furtam pelo modo Permissivo, porque... Furtam pelo modo Infinitivo, porque...

.....
E quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa, e as miseráveis Províncias suportado toda a passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos; e elas ficam roubadas, e consumidas (p. 401).

Não é sem razão que se lhe atribui a obra, sem autoria confirmada, de a *Arte de Furtar*, uma edição popular acompanhada de estudo crítico e anotações de João Ribeiro, tornada conhecida pela Livraria Garnier, em 1919.

Entre uma das distorções de sua época, apontados com vigor por Vieira, estavam os favorecimentos e as promoções sociais e que herdamos ainda hoje do passado colonialista, sob diferentes fisionomias, tais como “clientelismo”, “nepotismo” e outras situações semelhantes. Citando o profeta Isaías, que disse a respeito dos Príncipes de Jerusalém serem eles “companheiros dos ladrões”, Vieira passa a explicitar o que isto queria dizer na verdade:

E por quê? São companheiros dos ladrões porque os dissimulam; são companheiros dos ladrões porque os consentem; são companheiros dos ladrões porque lhes dão os **postos** e os **poderes**; são companheiros dos ladrões porque talvez os defendem; e são finalmente seus companheiros porque os acompanham e hão de acompanhar ao Inferno, onde os mesmos ladrões os levam consigo (XI, p. 407).

Cabe salientar que, mais do que uma atitude opinativa, trata-se antes de uma percepção dos fatos, ou seja, dos mecanismos que envolvem as relações do Estado e dos cidadãos, mutuamente implicados, mas que Vieira apresenta como que dissociados para acentuar o fosso existente entre eles. Esta visão estrutural, em que o Estado é o foco, dele emanando o conceito de cidadania, coloca Vieira numa posição crítica de seu tempo e, por conseguinte, capaz de descrever os mesmos sintomas em qualquer época, indo à raiz das questões que perpassam todos os tempos, ainda que de forma diferenciada. Pensamos, assim, num discurso reiterativo cuja natureza mergulha na própria essência do ser humano e de suas instituições.

A apreensão do sentido, visto não como algo acabado, mas como um processo efetuado *na* leitura e *por meio* dela, com todas as implicações das condições de produção e igualmente de recepção, ganha dimensões mais abrangentes, daí podermos falar em “retórica globalizada”. Esta movência do sentido é que confere à obra a sua permanência através dos tempos, adquirindo novos **valores** a cada atualização. É este valor que se vê diferenciado ao longo dos tempos e que imprime identidade própria a cada comunidade argumentativa de falantes. Na realidade, estas comunidades são também afetivas, dado que não se baseiam apenas na demonstração dos fatos, das crenças comuns (*doxa*), mas dos elos que emocionalmente as estreitam entre si. Vejam-se os acontecimentos que provocam grande comoção nacional e, dentro de uma visão já globalizada, as de cunho internacional, tal como as crises que abalam a já conturbada mundialização.

A luso-brasilidade que caracteriza Vieira, unindo sabiamente os dois lados do oceano, são já o prenúncio de uma abertura maior para outras culturas, propiciada pela sua vivência em outras cortes européias e salas de diplomacia, com que ele entrava em contato em suas missões políticas. Ser conselheiro do rei era, na verdade, um cargo político de alta relevância e bem desempenhado por ele em seus múltiplos deslocamentos. Se hoje a globalização exige os chamados *consultores*, que conheçam as economias emergentes e as suas culturas, a fim de apontar estratégias junto às autoridades do governo e dos negócios, o conselheiro dos reis, na época de Vieira, tinha uma função mais abrangente e decisiva.

Pode-se falar, portanto, a seu respeito, numa *persona política*, envolvida com os problemas de seu tempo, na busca de medidas e de soluções. Desvincula-se, assim, o seu *ethos* da imagem de um estrito sacerdote. Nesses deslocamentos, é a presença do **outro** que vem acentuar a **identidade** construída por Vieira no seu discurso, o *ethos* de uma nação, que nele se vê representada e que encontra uma voz, para intermediar os sonhos, as expectativas e projeções das representações coletivas. Tem-se aí um ponto que

lhe dá um toque de globalização, constituindo um microcosmos do que se tem hoje, com os multiculturalismos e a preservação das especificidades que tocam a cada comunidade, a cada povo.

Dentro deste quadro, a atitude de intolerância se torna incompatível nas relações coletivas e interpessoais. Vieira pôde exercer a vocação de **mediador**, graças ao seu espírito altruísta e à compreensão dos mecanismos que regiam a sociedade de seu tempo. Atinge, desta forma, motivos imediatos, atinentes à sua época, e mediatos, que nos concernem ainda hoje e ao mundo de modo abrangente. Vieira mostra a essência da história e, ao mesmo tempo, os seus limites. Gonçalves Salvador, em *Vozes da História*, comenta como nossas crenças e preconceitos são explicados pela história, que é ao mesmo tempo um instrumento de libertação desses preconceitos.

No epílogo do sermão, o que sobressai é uma invocação ao “Rei dos Reis, Senhor dos Senhores”, superlativo de forma hebraica, na expressão do otimismo e da crença de que o justo irá imperar, reforçando o caráter deliberativo de sua prédica, conforme já apontamos ao delinear o tipo de discurso que se tem no sermão em questão.

Para que os ladrões e os Reis se salvem, ensinaí com vosso exemplo, e inspirai com vossa graça a todos os Reis, que não elegendo, nem *dissimulando*, nem consentindo, nem aumentando os ladrões, de tal maneira impidam os furtos futuros, e façam restituir os passados, que em lugar de os ladrões os levarem consigo, como levam, ao Inferno, levem eles consigo os ladrões ao Paraíso, como vós fizestes hoje: *Hodie mecum eris in Paradiso* (p. 413).

A junção “ladrões e Reis” já é sintomática de uma atitude de denúncia, não sendo natural essa proximidade. No interior do sermão, fica bem delineada a figura que se espera de um governante e este perfil já vinha da Idade Média, quando se tratava da educação dos príncipes e das virtudes deles exigidas. Basta que se leia *O Leal Conselheiro*, de D. Duarte, em que se modela o ideal

esperado de um monarca, ou as crônicas de Fernão Lopes. No *Sermão do Bom ladrão* se tem uma representação desse modelo e que se espera também de um estadista da atualidade, visto que estamos tratando de uma retórica globalizada e dos discursos que são vigentes ainda em nossos dias. Na verdade, trata-se muitas vezes de simples paráfrases, com as variações que se lhes cabem:

Mas não introduziu o Divino Mestre tal criado; porque falava de um Rei prudente e justo; e os que têm estas qualidades (como devem ter, sob pena de não serem Reis) nem admitem em seu serviço, nem fiam a sua fazenda a sujeitos que lha possam roubar: a algum que não lha acrescente, poderá ser, mas um só; porém a quem lhe roube, ou a sua, ou a dos seus vassalos (que não deve distinguir da sua), *não é justo, nem Rei, quem tal consente* (XI, p. 407).

A figura emblemática do Rei, em seu caráter público, contrapõe-se à do homem comum, acentuando a responsabilidade que pesa sobre aquele. Citando a função dos Médicos, Vieira cria uma extraordinária figura de amplificação, além de uma metonímia vigorosa, que metaforiza com facilidade as noções de “saúde”, de “curar” e o campo semântico concernente, ao afirmar:

Os Médicos dos Reis com tanta e maior liberdade lhes devem receitar a eles o que importa à sua saúde e vida, como aos que curam nos Hospitais. Nos *particulares cura-se um homem, nos Reis toda a República* (XIV, p. 412).

O sermão se constrói com o rigor dos silogismos e o apoio nos argumentos de autoridade, especialmente de citações bíblicas e de passagens de grande peso, tiradas à história. A rede intertextual que se tece no seu sermão, esgotando um grande número de possibilidades, são testemunho de sua sólida formação intelectual. Vieira termina por expressar-se satisfeito com a missão cumprida

por meio de seu sermão (seu alvo retórico) e externa claramente o propósito de persuasão, após a demonstração desenvolvida por meio de seus argumentos. Perpassa quase todas as técnicas argumentativas disponíveis ao seu alcance e possibilitadas pelo sistema da língua. Dos argumentos quase lógicos (contradição, definição, etc.), passa pelos argumentos baseados na estrutura do real (pragmático, de autoridade, etc.) e por aqueles que fundamentam o real (o modelo, o exemplo, a analogia, etc.).

Uma vez que a retórica é universal em sua aplicabilidade, independentemente dos sistemas lingüísticos que a realizam, a sua validade se estende a todo e qualquer ouvinte/leitor que estiver sob seu alcance em seu próprio idioma, daí a perenidade de obras dessa natureza. O ruído semântico do tempo e as diversidades culturais, creditadas às diferentes *epistemes*, não constituem obstáculos à compreensão de Vieira, antes servem para reafirmar o caráter “globalizante” de suas propostas e considerações. A visão do Quinto Império, segundo a qual se uniriam os povos, liderados pelos lusos, já preconizava esse estado de coisas. Mesmo que não se concorde hoje com muitas de suas posições historicamente marcadas, as invariantes lá estão a transmitir um saber e o “vivido e experimentado” naquelas circunstâncias, o que lhe confere a **credibilidade** desejável.

Não se trata aqui de uma argumentação impositiva, que nada tem de dialética, desconsiderando a posição do outro e tolhendo-lhe a liberdade de escolha, tal como apontamos em “O espaço tensivo da controvérsia”. Pode-se pensar a argumentação como uma forma de **interação**, caracterizada pelo encontro de pontos de vista divergentes. Neste caso, o conflito estrutura as relações. É evidente que isto traz inúmeros dilemas, tais como o desejo de “arrebatar” o outro, senão quando também o de servir-se de manipulações e de **falácias** que conduzam ao fim desejado. Tal como mostram os autores da Pragma-Dialética, grupo oriundo da Universidade de Amsterdã, cujo principal representante é Frans van Eemeren, nesses casos não se teria o que chamam de

“discussão crítica”, baseada em regras de convivência e que regulamentam as fronteiras dos participantes da elocução. Uma vez respeitadas essas regras, pode-se chegar a um comum acordo e ao êxito de uma negociação. Para essa corrente dos estudos argumentativos, é fundamental o conhecimento das falácias discursivas, para as quais tem voltado de modo especial a sua atenção, não só para conhecê-las, como também para ensinar a desvencilhar-se delas, advindo daí a sua ligação direta com a pragmática.

Estamos considerando aqui a negociação propriamente dita, que conta com o entendimento e a boa vontade dos cidadãos, diferente da que se dá pelo jogo de forças, pela dominação, pela manipulação perversa. Ainda que possa parecer idealizada, dados os jogos de interesse, numa sociedade cada vez mais complexa, é essa atitude ética que se procura fazer prevalecer nas relações dos Estados e também nas interpessoais. Esse exercício se reveste de uma natureza evidentemente conflitual e polêmica, conforme se pode ver ao longo da história em autores como Maquiavel, Rousseau, Hegel, M. Weber, K. Marx e outros. O que se tem hoje são novas formas de conflito, em que se postula o fato de que o conflito não advém essencialmente do econômico, mas das contradições da esfera econômico-social.

O *Sermão do Bom Ladrão* conduz a repensar a natureza do **político**, uma vez que no exercício do poder (natureza e funções do Estado) há sempre a situação de escolha, de decisão política, de planificação: há as prioridades, ligadas à previsão, e a competição, ligada à eficiência e ao sucesso. Nesta esfera do que é **público**, em que os atos decisórios repercutem sobre todo cidadão, a administração dos conflitos se torna fundamental. É quando a argumentação, por meio da linguagem, cumpre além da função representativa e comunicativa, a de **ação** sobre as mentes, as vontades, os sentimentos e afetos.

A procura do entendimento, propiciada pela negociação/argumentação, consiste num modo interativo de troca, que envolve não só uma prática social, mas uma competência comunicativa

e seu fazer retórico: há que contar com a intencionalidade, podendo-se falar em boa vontade daquele que inicia e mantém o modo interativo (seu *ethos*), o efeito produzido no interlocutor (seu *pathos*) e o próprio processo em ação, isto é, a questão em si (o *logos/discurso*). O fato de que estes componentes ocorrem juntos mostra que não se pode separar o objeto de referência daqueles que o produzem, isto é, aquele que o enuncia e aquele a quem a mensagem é dirigida. No discurso político, ocorre freqüentemente o deslocamento da argumentação para o *ethos*, perdendo-se o foco do *logos*, numa tentativa de desqualificação, em que o argumento dominante é o *ad hominem*, com ataques pessoais sobre seu caráter, sua vida privada, seus interesses.

Ocupam as reflexões finais de Vieira o **dizer** e o **calar**, não sabendo no momento da pregação do *Sermão do Bom Ladrão* (1655), na Igreja da Misericórdia de Lisboa, que ele seria privado da “voz passiva” e da “voz ativa”, em 1694, poucos anos antes de sua morte e que isto seria mais fatal para ele que a própria morte, ou seja, o ser privado do discurso:

Tenho acabado, Senhores, o meu discurso, e parece-me que *demonstrado o que prometi, de que não estou arrependido*. Se a alguém pareceu que *me atrevi a dizer o que fora mais reverência calar*, respondo com Santo Hilário: *Quae loqui non audemus, silere non possumus* (XIV, p. 412).

Já no interior do *Sermão* (parte IV), este tema aparece num contundente oxímoro quando, ao mencionar os Oradores Evangélicos, refere-se a eles como “eloqüentes mudos”, dando ao ato de ocultar um valor argumentativo de grande proporção:

Saibam estes *eloqüentes mudos* que mais ofendem os Reis com o que calam, que com o que disserem; porque a confiança, com que isto se diz, é sinal que lhes não toca, e que se não podem ofender; e a

cautela com que se cala é argumento de que se ofenderão, porque lhes pode tocar (p. 395).

Pode-se sentir o que este silenciar significou na vida de Vieira, se se atentar para o fato de que ele deixou por volta de 200 sermões e se exerceu, como polígrafo que era, em outros gêneros que tiveram a sua acolhida, sobretudo a epistolografia, registrando-se cartas a Reis, Governadores, Clérigos, Capitães-Mores e a representantes de outras hierarquias.

A intrepidez, que compõe o conjunto de características de Vieira, fica evidente nos inúmeros lances biográficos recuperados em sua trajetória, que mostram a relação pessoa-ato, como também em seus pronunciamentos, pessoa-discurso. Veja-se a profissão de fé a que chega, no trecho atrás mencionado, ao optar pelo dizer e não pelo **ocultar**: “e parece-me que demonstrado o que prometi, de que não estou arrependido. (...) atrevi a dizer *o que fora mais reverência calar*”. Vieira condenava sempre a dissimulação, como uma das formas de ocultamento, a que atribui o encobrimento dos “crimes reais”.

Conhecendo-se as condições de produção do *Sermão do Bom Ladrão*, pregado numa Sexta-feira Santa, a um auditório de poderosos, não é difícil calcular como se tratava de uma elocução audaciosa. Aqui, a cenarização faz parte do sentido do texto, o que fica explícito na distinção que o próprio Vieira faz, ao considerar aquela prédica mais apropriada ao Paço da Capela Real, que à Igreja em que estava sendo proferida, tendo em vista os reais destinatários a que o sermão se dirigia: Reis, em primeiro lugar, metonimicamente representados por “cetros e coroas” (p. 393), dignitários e outras patentes:

Seja, pois, novo hoje o assunto, que devera ser mui antigo e mui freqüente, o qual eu prosseguirei tanto com maior esperança de produzir algum fruto, quanto vejo enobrecido o auditório presente com a autoridade

de tantos Ministros de todos os maiores Tribunais, sobre cujo conselho e consciência se costumam descarregar as dos Reis (II, p. 390).

Nos tempos atuais, em que o apanágio da eficiência, um dos mitos da modernidade, encontra obstáculos de toda ordem, incluindo-se as apropriações indevidas, os desvios, eufemismos para “roubo”, são fortes as lições de Vieira para a história, razão de considerarmos bastante significativo e sobretudo oportuno ainda em nossos dias a perspectiva retórica que o seu sermão nos proporciona. O caráter pedagógico e heurístico, ao mesmo tempo libertário, da história lhe atribui o sentido altamente humanístico, que conduz à tolerância e impõe responsabilidade.

Esperamos ter ficado claro aqui o conceito de discurso enquanto ação e igualmente quanto ao seu poder de transformação, enfim, de mudança. Aplica-se ele muito bem a Vieira, em que o traço combativo era quase uma obsessão, chegando por vezes ao paroxismo da irritabilidade. Pela sua capacidade de organização e de mobilização, seria ele, com certeza, denominado hoje um “estrategista”, na mais exata acepção do termo, no léxico da globalização.

REFERÊNCIAS

BESSELAAR, José van den. *Antônio Vieira: Profecia e Polêmica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

EEMEREN, F. van et alii. *Argumentative Indicators in Discourse. A Pragma-dialectical Study*. Dordrecht ; Springer ,2007.

PERELMAN, Chaïm. *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MEYER, Michel. *A Retórica*. Apresentação e revisão técnica de Lineide S. Mosca, São Paulo: Ed. Ática, 2007.

MOSCA, Lineide L. S. (org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. 3.^a ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. Crise e identidade nacional em Vieira. In: *Actas do Congresso Internacional terceiro Centenário da morte do P.^e Antônio Vieira*. Braga: 1999 [também publicado na revista *Voz Lusíada* 10, 1999]

_____. O Estatuto das palavras em Vieira na expressão do profetismo. *Revista do GEL*, UNESP/Araraquara, 2006, p. 9-23.

_____. O espaço tensivo da controvérsia: Uma abordagem discursivo-argumentativa. *Filologia e Lingüística Portuguesa* 9. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2008.

SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-novos, Jesuítas e Inquisição*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. *Vozes da História*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP,

160

2001.

SARAIVA, António José. *História e Utopia*. Estudos sobre Vieira. Lisboa: Ministério da Educação: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

VIEIRA, P.^e Antônio. *Sermões*, v. I. Organização e introdução de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.